



CRISE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM *OLHAR* SOBRE O *OLHAR* DO EDUCADOR

Jéssica do Nascimento Rodrigues - UFRRJ
jessicarbs@gmail.com

Mauro Guimarães - UFRRJ
guimamauro@hotmail.com

Resumo

Porquanto visível a crise socioambiental atual, resultado da concepção antropocêntrica e cartesiana de uma sociedade pautada no desenvolvimentismo e consumismo desenfreado, propôs-se compreender conhecimentos prévios e impressões que um grupo de mestrandos em Educação da UFRRJ, ingresso este ano, possui acerca das questões ambientais e, mormente, da Educação Ambiental. Destarte, utilizou-se a teoria das representações sociais, aplicando-se um questionário de caráter discursivo. Por conseguinte, pôde-se refletir que o grupo apresentou indicativos, apesar de sua qualificação, advindos do senso comum como representações idealizadas e/ou fragmentadas da natureza e ecológico-preservacionistas e/ou conservadoras de Educação Ambiental. Todavia, não se pode olvidar existirem visões críticas e possibilidades tangíveis de mudança. Objetivou-se, assim, contribuir com as discussões de uma Educação Ambiental emancipatória/crítica, as quais norteiam os referenciais teóricos deste trabalho, potencializando a ruptura com a “armadilha paradigmática” e com as consequentes práticas ingênuas em Educação Ambiental.

Palavras-chave: Crise socioambiental. Formação de educadores. Representação Social.

Abstract

Because of the present social-environmental crisis, resulted of anthropocentric cartesianal conception from society ruled on developmentism and unrulled consumptionism, it was propose to understand previous knowledges and impressions that a master degree group of education of UFRRJ, ingressed this year, have about environmental questions and, chiefly, about Environmental Education. Thus, it was utilized the theory of the social representations, applying a questionnaire with character discursive. Therefore, it could reflect that the group presented evidences, in spite of qualification, came from the common sense as idealized and/or fragmented representations of the nature and ecological preserved and/or conservative of Environmental Education. Meantime, it can't be forgotten that there are critical visions and tangible possibilities of change. The aim was, then, to contribute with the discussions about a critical Environmental Education, witch are the bases of the theoretical referentials of this work, increasing the rupture with the “paradigmatical trap” and with the consequence naive practices in Environmental Education.

Keywords: Social-environmental crisis. Formation of educators. Social representation.

Introdução

A crise emerge brutal. O meio ambiente agoniza no caos. As relações humanas se desumanizam (e reciprocamente se desnaturalizam) com um individualismo degradante e um consumismo ferrenho. As fronteiras para a barbárie parecem tênues... E o que se pode constatar é que vivemos a emergência e andamos a passos lentos para uma resolução efetiva desse momento de intempéries.

Nesse contexto, o paradigma dominante, herdeiro do racionalismo cartesiano e do cientificismo positivista, passa a ser questionado e acossado pela “pressa” ambiental. Aqui, diz-se pressa uma vez que o meio ambiente, fustigado pela relação de dominação a que estava, e ainda está, submetido pelo ser humano, chegou a tal ponto que exige urgência no que tange à crise socioambiental.

Salvação? Passou-se a época em que se cria em algum messias – cria-se em “políticos”, por exemplo – ou, herdeiros de uma concepção monoteísta, acreditava-se em um Deus que, por si só, punia e perdoava. Não há visão, seja antropocêntrica seja romântica, que pareça sustentar tanta indignidade. Todavia, há que se ter esperança e é na Educação Ambiental que aqui se vê, com muita dificuldade, não a salvação, mas um componente fundamental que contribui na construção do caminho quase diáfano – uma tentativa, quem sabe - para vivermos um mundo com mais justiça social.

Entretanto, há de se reconhecer, não há dúvidas, que a Educação, ou pleonasticamente, Educação Ambiental – ato político segundo Freire (2005), assim como ato de amor para Alves (1983) - à sua função mais nobre tem sido negada e subjugada, dissoluta, por um sistema que ainda se atreve a vigorar.

Por conseguinte, a fim de pensar uma Educação Ambiental possível, é necessário compreender como os educadores contemporâneos em formação enxergam a natureza e a Educação Ambiental e como têm sido as suas práticas (quando existem). Portanto, neste trabalho, pretendeu-se entender um pouco dessas visões e contribuir com o debate crise-meio ambiente-educação à procura (utópica?) por uma sociedade como em Layrargues (2006) “ecologicamente equilibrada, culturalmente diversa, socialmente justa e politicamente atuante”.

Literatura Visitada

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo.
(Leff, 2003:15)

Crise. Eis o tema recorrente à contemporaneidade. Crise que concerne toda a sociedade, levando em conta os aspectos econômicos, sociais, políticos, morais, enfim, vivemos uma crise, segundo Santos (2008), cujos responsáveis a enaltecem do ponto de vista financeiro. Entrementes, sabe-se que são inextricáveis o econômico e os outros aspectos que compõem a existência humana no planeta.

Por conseguinte, fazendo-se deveras inevitável, a crise socioambiental vem a se inserir nesse contexto de aprofundamento consequente de uma sociedade contemporânea, da modernidade do consumo e de cuja solidariedade já não se tem “notícia”. E, por ironia ao desenvolvimento científico e tecnológico, se dependêssemos de especialistas dessa ciência magnânima de seu poderio, deveríamos nos regozijar pela certa e segura resolução dessa crise.

Todavia, é sabido que, com o advento do cartesianismo, a especialização cada vez mais estreita das disciplinas desembocou na dificuldade enfrentada hoje em se resolverem as questões ambientais. Com essa fragmentação do pensamento, de forte teor antropocêntrico, o meio ambiente passou a ser visto como algo a ser dominado pelo homem o qual, dele, não fazia parte, conforme Capra (1993). Como reforça Layrargues:

Entende-se que as raízes da crise estão assentadas no paulatino processo histórico de afastamento do ser humano perante a natureza, efetuado desde a instauração do monoteísmo e do Iluminismo, resultando no atual paradigma antropocêntrico utilitarista. (LAYRARGUES, 2006, p. 77):

Em contrapartida, apesar de se fazer clara essa separação ser humano/sociedade/natureza decorrente do positivismo, percebe-se que o momento de crise paradigmática, dada a insatisfação com seus referenciais e a limitação de sua racionalidade para lidar com a complexidade dos problemas da contemporaneidade, tudo isso, clama pela “criação” de um outro paradigma. Evidencia-se para Marcondes (1994), portanto, um momento fértil, criativo, em que o ser humano, “pressionado” pelo desencantamento, tem a oportunidade de pensar diferente.

No entanto, deve-se deixar entrever que os paradigmas dominantes de uma época “emolduram” os pensamentos dos sujeitos. Em outras palavras, nossa visão de mundo acaba por ser permeada por uma racionalidade dominante e, para nos desvencilhar dessa armadilha (a que Guimarães (2006) nomeia “armadilha paradigmática”¹), urge a necessidade de se repensar tal racionalidade para e consonante a potencialização de práticas diferenciadas, individuais e coletivas em sua reciprocidade.

Leff (2003) alude a essa racionalidade considerando-a em crise, uma vez que esta se funda num mundo cuja sustentabilidade não é mais possível. Mundo que “engendrou a ciência moderna como dominação da natureza; que produziu a economização do mundo e implantou a lei globalizadora e totalizadora do mercado” (ibid, 2003, p. 17).

Há, logo, uma “mania de crescimento” no entendimento de Leff (2003), decorrente desta sociedade capitalista que prima pelo desenvolvimento e, pior, criou o oxímoro “desenvolvimento sustentável” como se fosse possível a tão aclamada sustentabilidade em um mundo de bases capitalísticas “super-selvagens” - para utilizar um termo de Florestan Fernandes afirmando que o capitalismo atual é “a barbárie em coexistência com a civilização” (ibid, 1995, p. 154).

1 Segundo Guimarães (2006): “É a essa dinâmica que estou chamando de armadilha paradigmática, quando por uma “limitação compreensiva e uma incapacidade discursiva” (Viégas, 2002), o educador por estar atrelado a uma visão (paradigmática) fragmentária, simplista e reduzida da realidade, manifesta (inconscientemente) uma compreensão limitada da problemática ambiental e que se expressa por uma incapacidade discursiva que informa uma prática pedagógica fragilizada de educação ambiental, produzindo o que Grün (1996) chamou de pedagogia redundante. Essa prática pedagógica presa à armadilha paradigmática, não se apresenta apta a fazer diferente e tende a reproduzir as concepções tradicionais do processo educativo, baseadas nos paradigmas da sociedade moderna. Desta forma se mostra pouco eficaz para intervir significativamente no processo de transformação da realidade socioambiental para a superação dos problemas e a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável.”.

E, em meio ao absurdo do capitalismo, no epicentro da crise, brota a Educação Ambiental, entendida aqui, categoricamente, como educação política, já que, e não se deve olvidar, toda educação é um ato político, já nos lembrava Freire (2005). Isso “no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”, conforme Reigota (2004b, p. 10). E, ainda, a Educação Ambiental, além de preparar os sujeitos para a ação, implica, junto a isso, uma mudança mais profunda, uma mudança intrínseca, não entendida aqui como simplesmente comportamental, mas, sobretudo, de ética, consoante explica Loureiro:

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. (LOUREIRO, 2005, p. 69)

Em contrapartida, como nos alerta Guimarães (2006), os educadores têm concebido a Educação Ambiental numa prática ingênua e, de certa forma, equivocada, porquanto presos ao paradigma hegemônico; práticas latentes que se reproduzem e se perpetuam.

Há de se crer, entretanto, buscando centelhas nos ideais de mais justiça social, igualdade de direitos, enfim, ideais que, advindos de “nefelibatas” - como nos quer fazer acreditar os adeptos do neoliberalismo – podem nos fortalecer para a práxis real e imprescindível de uma Educação Ambiental crítica ou emancipatória.

Procedimentos Metodológicos

Objetiva-se, com este trabalho, compreender a representação que um grupo de educadores possui sobre a natureza e sobre a Educação Ambiental, perscrutando ainda as práticas relatadas por eles que consideram pertinentes a esta área.

Tal grupo caracteriza-se pela heterogeneidade e por um pressuposto bom nível de qualificação na área educacional, uma vez que se trata de oito alunos do mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que se classificaram em um processo rigoroso e seletivo de ingresso neste Programa.

Para melhor esclarecer essa heterogeneidade, seguem as formações desses profissionais: um graduado em Educação Física, um graduado em Psicologia, um graduado em Ciência da Informação, dois graduados em Pedagogia (sendo um deles também graduado em Fonoaudiologia), dois graduados em História e um graduado em Ciências Sociais. Dentre os oito entrevistados, sete já tiveram (ou têm) experiências em docência, porém nenhum destes tem o foco dos seus projetos de pesquisa na Educação Ambiental.

Dessa forma, foram elaboradas cinco perguntas, de caráter discursivo, no intuito de deixar livres os sujeitos desta investigação a exporem suas visões acerca do tema. Seguem as perguntas:

1. Qual é a sua definição pessoal de natureza?
2. O que você entende por Educação Ambiental?
3. Você considera necessária a inserção da Educação Ambiental como disciplina curricular? Por quê?
4. Qual seria, do seu ponto de vista, a importância da Educação Ambiental no cotidiano escolar?
5. Relate alguma prática pedagógica em Educação Ambiental da qual você tenha participado.

Como se faz entender, esta pesquisa tem caráter qualitativo, cujas informações são subjetivas, e, por conseguinte, fez-se a opção por um número de sujeitos com base em elementos não estatísticos. Ademais, a turma de mestrado aqui abarcada, ingressa em março do presente ano, compõe-se de dez alunos ao todo, dentre eles a pesquisadora.

Cabe ainda ressaltar que este artigo pretende trazer uma reflexão sobre o momento inicial de um processo de pesquisa, que buscará compreender posteriormente, como este grupo (assim como outros envolvidos na pesquisa) se desenvolverá ao longo de um processo formativo de caráter educacional e em que a dimensão ambiental estará presente. Busca-se assim aqui o registro de uma análise-reflexão do caráter inicial deste processo formativo e, conseqüentemente, desta pesquisa que se pretende ao final concretizar-se em uma Dissertação de Mestrado.

A representação social² foi adotada aqui com base em estudo semelhante (REIGOTA, 2004a; RANGEL, 2004) e com o propósito de se fazer emergir as concepções e as relações estabelecidas com as práticas que esses mestrandos – uma vez especializando-se na área educacional – possuem a respeito da natureza e desta dimensão ambiental na Educação.

Discussão de Resultados

Tomando-se aqui a representação social do grupo, não apenas como produção individualizada de sentido, procurou-se perceber o que o grupo de mestrandos – sujeitos desta pesquisa – representou acerca da natureza e da Educação Ambiental. Não se pretendeu aqui apontar, bipolarmente, as verdades e as inverdades sobre tal discussão, mas, sobretudo, identificar incoerências pautadas em estudo sobre o tema apresentado.

Dessa forma, consoante Reigota (2004a, p. 68), “As representações, ou os modos de pensar, atravessam a sociedade exteriormente aos indivíduos isolados e formam um complexo de ideias e motivações que se apresentam a eles já consolidados”. Logo, buscar compreender as representações de um grupo de mestrandos foi também compreender pensamentos que, embora o grupo seja caracterizado por uma formação científica, apresentam indícios das imbricações com o senso comum.

Num primeiro momento, é perceptível que, no centro das representações do grupo, incide fortemente os indícios de uma concepção naturalizada/idealizada

2 A teoria da representação social tem seus primeiros suspiros com Durkheim e, principalmente, com a Psicologia, nos anos 60, cujo líder pode-se se ter na figura de Serge Moscovici. Em síntese, depreende-se que as representações não são apenas criações sociais, ou seja, frutos das relações, mas são também criações pessoais. Porém, ao classificar a representação como social, é claro constatar que ela se dá a partir da comunicação e da interação, influenciando inclusive os comportamentos dos sujeitos. (RANGEL, 2004)

/monoteísta sobre a natureza, que a percebe restrita aos elementos naturais e/ou associando a uma visão deificada, porém de forma contundente sem levar em conta a dimensão social. Como se pode entrever em duas respostas³:

É uma das criações de Deus; os oceanos, mares, florestas e animais; incluímos também toda biodiversidade.

Mestrando 4

Criação de Deus; biodiversidade; razão da existência dos seres.

Mestrando 5

Carvalho (2001) nos indica que, ainda advinda do pensamento romântico, não obstante muito presentes, essas maneiras de se pensar não devem aqui ser tomadas como imutáveis. Há sim uma reprodução de idéias no meio coletivo – as ideologias, por exemplo -, conforme nos alerta Rangel (2004), entretanto não se deve descartar a possibilidade de uma mudança substancial no pensamento, uma vez que vivemos um momento de crise paradigmática.

Dessa forma, em um ou outro momento discursivo, os mestrandos refletiram sobre uma visão menos reducionista:

Natureza é um conceito que ganha, na atualidade, um sentido relativo, entretanto, cabe considerar que o significado mais comum está ligado a uma visão de natureza como se ela estivesse desconectada do ser humano, ou seja, como se houvesse uma separação entre a parte (o ser humano) e o meio que o cerca. Portanto, natureza, segundo meu olhar, é a conexão entre o ser humano e o meio que está inserido.

Mestrando 8

Sob o olhar do mestrando acima, a representação da natureza a partir do outro pode ser fragmentada. Também pode ser interpretado como um reconhecimento da crise hodierna em cujo centro dá-se a necessidade de ressignificação das coisas, no caso da natureza. Na resposta dada, ainda percebe-se o reconhecimento do ser humano como natureza e essa intersecção é um passo adiante, para além do senso comum.

Consoante Loureiro (2006), desde o século XVI, não somente a visão romantizada de natureza vem sendo construída, mas ainda uma visão preservacionista que se fundamenta na conservação da natureza e foca o ser humano como um predador, inimigo, influenciando concepções de Educação Ambiental. E, mormente, nos adverte Guimarães (2006, p. 16), ao revelar não ser nata ao ser humano a intervenção degradante, e sim como sendo “o resultado das relações sociais constituídas e constituintes de um meio de produção promotor de um modelo de desenvolvimento que imprime uma forma de relação entre sociedade e natureza”.

Óbvio, como nos lembra Silva (2008), que tal viés tem sua importância ao salientar a interferência devastadora e inconsequente no modo de produção vigente e, ademais, fez-nos (e faz-nos) refletir sobre a questão ambiental.

E, segundo alguns mestrandos, como reflexo do viés

3 Os questionários foram numerados de 1 a 8 (quantidade de mestrandos respondentes); portanto, não se fez menção ao nome dos sujeitos da pesquisa e sim ao número referente ao questionário. Também não foram expostas todas as respostas; escolheram-se algumas no intuito de melhor exemplificar a análise feita.

preservacionista/conservacionista, a Educação Ambiental:

É o trabalho de conscientização dos indivíduos em relação à preservação do meio natural.

Mestrando 1

Área que estuda o meio e formas educativas de preservação, uso sem degradação e políticas públicas.

Mestrando 5

Entanto, e como já dito da complexidade da questão socioambiental⁴, não é apenas na preservação que, pura e simplesmente, resolver-se-á a problemática. A crise é, antes de tudo, conforme Stahel (2003, p. 118), a que ele chama de crise ecológica, “é apenas uma das facetas de uma crise mais geral da sociedade industrial, englobando a crise social, econômica, político-ideológica e moral”.

A dicotomização e a fragmentação do conhecimento, em seu aspecto mais reducionista de busca por especializações mais e mais estreitas, desconsideram a complexidade em que se funda o ambiental. Decorrentes do positivismo e do desenvolvimentismo do século XIX, esses pensamentos picotados sobre o meio ambiente, vêm a ser peremptórios nas falas dos mestrandos quando são perguntados sobre a Educação Ambiental como disciplina estanque:

Sim. Porque a relação ambiental é inevitável ao ser humano precisando ser cuidada, salientada nas escolas.

Mestrando 2

Sim. Devido ao momento vivido pelo planeta; a falta de políticas sustentáveis de preservação; e do uso indevido dos recursos.

Mestrando 5

Não só se retoma o preservacionismo, como também é suscitado por alguns dos mestrandos um caráter comportamental de Educação Ambiental:

Sim, contanto que seja estabelecida num debate crítico e não “piegas” e onde seja incluída a temática de forma possível contando com práticas públicas e estatais de incentivo de mudança de comportamento.

Mestrando 7

A “Educação Ambiental conservadora” como definida por Guimarães (2000), causam visibilidade nas palavras de Silva (2008, p. 74), “(...) apesar de compartilhar com a necessidade de uma mudança paradigmática e societária, atribui ao indivíduo e sua mudança comportamental a responsabilidade dessa mudança”. Essa individualização da questão ambiental, também convergente com o modo de produção capitalista que se pauta na competição e no “cada um por si”, características de um neoliberalismo que apregoa nossas vidas, despolitiza a crise socioambiental tornando-a mais forte.

4 O uso da expressão socioambiental sem hífen tem a intencionalidade de dar o significado da unicidade da problemática social e ecológica, como frutos de uma mesma questão.

A interdisciplinaridade, inclusive reverenciada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é um caminho possível na tentativa de se compreender a complexificação das relações socioambientais atuais. Aliás, não só atuais, porém, desde sempre, tais relações não eram fragmentadas, elas eram percebidas assim. Não se pode olvidar que a fragmentação do saber, como nos lembra Loureiro (2005, p. 128), “(...) está intimamente vinculada à divisão social do trabalho, à expropriação dos sujeitos alijados do direito de conhecerem a integridade do processo produtivo/criativo em que se inserem, à especialização para aumento de eficiência”, e reverter esse processo, no intuito de galgar para a justiça social, é um objetivo deveras lúcido da Educação Ambiental.

E o reconhecimento, por parte de um ou outro mestrando, dessa necessidade vista na interdisciplinaridade é um ponto importante na representação:

Não sei se como disciplina escolar. Porém inserida de forma mais efetiva em outras disciplinas podendo até ser utilizado como tema transversal num currículo interdisciplinar.

Mestrando 3

Ao indagar sobre a importância da Educação Ambiental, alguns mestrandos também representaram essa questão valorizando a escola como um meio de ampliação das idéias e das ações em Educação Ambiental:

Formar multiplicadores no exercício de práticas ambientais educativas.

Mestrando 5

Imensa, pois alargaria ações e atitudes para fora do espaço formal e no interior dele. A escola torna-se um pólo divulgador para a sociedade.

Mestrando 7

Embora haja indícios de que os mestrandos reconhecem a Educação Ambiental poder ser ampliada para fora dos muros escolares, traduzida em um Educação Ambiental não formal ou ainda, na profundura do tema, traduzida na transformação das relações socioambientais, previne-nos Guimarães (2006, p. 22-23) que “apesar da grande difusão da educação ambiental no meio educacional, formal e não formal, ao longo destes últimos 25 anos no Brasil e, até há mais tempo, no mundo, tivemos neste mesmo período uma maior degradação ambiental no Brasil e no mundo”.

Reiterando a visão comportamental de Educação Ambiental, alguns mestrandos representam-na:

No cotidiano escolar, as questões que mais deveriam estar em voga seriam: cuidado com a preservação da limpeza nas escolas e em casa; que haja uma consciência com o consumo da água (consumo consciente, da forma correta, para que não haja desperdício).

Mestrando 4

Infelizmente, segundo reforça Reigota (2004a, p. 76), “A compreensão do meio ambiente, enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais parece distante de grande parte dos professores, visto a

impossibilidade de estes incorporarem espontaneamente questões que perfazem a totalidade da problemática”.

Um outro mestrando explicita uma percepção fortemente marcada no senso comum de que, além da individualização da problemática ambiental no lugar-comum comportamentalista do “cada um deve fazer a sua parte”, sem desvelar que os fazeres e utilizações individuais estão atrelados a um modo de produção estruturante de práticas e relações sociais hegemônicas, atribui-se ainda a “tarefa” às classes populares, isentando, em certa medida, as outras classes, principalmente as detentoras do poder político-econômico:

Acredito ser importante principalmente na educação das classes populares que podem aprender formas de conservação e também a utilização “limpa” dos recursos naturais.

Mestrando 3

Perguntando sobre as práticas em Educação Ambiental, é curioso perceber que alguns mestrandos reconhecem-na, por exemplo, no fato de ter se frequentado algum curso de aperfeiçoamento ou assistido a palestras, como:

Fórum de Meio Ambiente da Zona Oeste.

Mestrando 8

Além disso, outros crêem ter “feito a sua parte” em algum trabalho de divulgação – tido muitas vezes como trabalho de conscientização – como:

Juntei-me a um grupo de professores e alunos para ir às ruas fazer divulgação do melhor uso da água e mudanças de hábitos.

Mestrando 7

Partindo do pressuposto de que, segundo Rangel (2004, p. 51), é “o estudo da representação social: o conhecimento prático e compartilhado, potencialmente capaz de influir em visões e ações”, práticas, como essas elencadas pelos mestrandos, têm sua relevância na constituição de uma Educação Ambiental emancipatória; todavia, essas práticas certamente não representam, principalmente quando pontuais e isoladas, possibilidades de transformações significativas da realidade, que possam contribuir com a resolução da crise socioambiental. Antes de tudo, há que se repensar as relações sociais, ambientais, econômicas... há que se rever nossas percepções acerca da realidade a fim de que possamos concretizar o “sonho” de uma sociedade mais justa e feliz.

Considerações Finais

Esse etéreo mundo das ideias que nos cerca é, na verdade, o grande formador de concretudes.

(Leroy, J. P.; Pacheco, T., 2006: 46)

A crise socioambiental parece insanável. Vivemos imersos, completamente “afogados”, em um modo de produção que ser quer fazer entender perpétuo. E essa representação do perpétuo, conquanto as crises sejam frequentes e profundas, acaba por

nos afundar na crença da imutabilidade das relações.

Logo, realizar na práxis pedagógica uma outra racionalidade e trabalhar na transformação de percepções-ações, para que sejam constituídas outras representações acerca da realidade, é acreditar que as transformações são possíveis, sobretudo quando há crise, porque esta pode ser uma possibilidade de mudança, mesmo quando se quer a possibilidade do fortalecimento da ordem vigente.

Ao se recorrer neste trabalho à teoria da representação social, buscou-se compreender as visões de educadores em formação que, mesmo não sendo especificamente ambientais (assumido neste processo formativo a tendência da concepção dicotômica/fragmentária), são educadores, e o educador é, por si só, ambiental. Portanto, entender que persiste uma visão hegemônica de ingenuidades, romantismos e equívocos, porém também permeável e submetida por uma nova visão emergente, é também, em movimento contrário, entender o contra-hegemônico.

A constituição de um “movimento coletivo conjunto”, segundo Guimarães (2004), é necessária em contraposição à visão comportamental individualizante. Uma visão totalitária, que leve em consideração a complexidade, é urgente no lugar do cartesianismo. Uma Educação Ambiental crítica não se pode postergar em tempos de urgência.

O paradigma positivista declina e o emergente, enigmático em sua complexidade, nos faz refletir.

Referências Bibliográficas

ALVES, R. **Histórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo: Editora, 1983.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. 31ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

CARVALHO, I.C. de M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da UFRS, 2001.

FERNANDES, F. Democracia e desenvolvimento: as contradições da modernização. In: **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papirus, 2000.

_____. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

_____. Armadilha paradigmática na educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (org). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In.: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (org). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (org). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEROY, J. P.; PACHECO, T. Dilemas de uma educação em tempos de crise. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (org). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (org). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (org). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONDES, D. A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade. In.: BRANDÃO, Z. (org). **A crise dos paradigmas e a educação**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

RANGEL, M. **A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais**. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004a.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, F. A. L. da. **A formação do(a) educador(a) ambiental nos programas de pós-graduação lato sensu das instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.